

AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
À PRESIDENTE DA CPL, SRA. CAMILA FONSECA DA SILVA

Processo Licitatório nº.:	072/2022
Tomada de Preços nº.:	008/2022

CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.295.031/0001-33, com sede à Av. Nicomedes Alves Santos, 1133, Sala 01, Bairro Altamira, Uberlândia – MG (Doc. 01) vem, por meio de sua representante legal, interpor, tempestivamente,

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

conforme manifestado em sessão pública do dia 20.06.2022, em razão da indevida habilitação jurídica da licitante REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS no processo licitatório em epígrafe, pelas razões fáticas e jurídicas adiantes consignadas.

I. SÍNTESE DOS FATOS

1. O Processo Licitatório nº. 072/2022, Tomada de Preços nº. 008/2022, tem por objeto a contratação de **empresa especializada para prestação de serviços de ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA** de acordo com as demandas da Secretaria Municipal Fazenda, incluindo acompanhamento, apuração e impugnação do VAF com a promoção de medidas visando a elevação do índice de participação do Município de Presidente Olegário nas receitas do Estado.

2. Dessa forma, em **20.06.2022** foi realizada sessão pública referente a este processo licitatório, na qual inicialmente foi inabilitada a licitante **JACQUELINE DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, uma vez que não apresentou comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) bem como apresentou apenas uma

confirmação de autenticidade para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal, sem, contudo, apresentar a Certidão de Regularidade Fiscal exigida pelo Edital. Ato contínuo, foram habilitadas as empresas **CERTA CONSULTORIA EMPRESARIAL**, ora recorrente, e **REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS**, não obstante esta última **não** ter apresentado balanço patrimonial referente ao último exercício social (2021) conforme exigido pelo Edital, limitando-se a apresentar o balanço do penúltimo ano calendário (2020).

3. Neste sentido, verifica-se que a habilitação da licitante REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS não merece prosperar, por expressa violação ao Edital que rege o processo licitatório e respectiva legislação pertinente, conforme passa a demonstrar.

II. AUSÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL DO “ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL”. EXIGIBILIDADE DO BALANÇO REFERENTE A 2021 CONFORME LEGISLAÇÃO CIVIL. VIOLAÇÃO A EXPRESSA CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO.

4. Como condição de habilitação, no que se refere à qualificação econômico-financeira, o Edital em referência no seu **item 5.1** exige expressamente apresentação do “*Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador)*”:

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida.

5. Veja que o Edital em momento algum trata do último balanço e demonstrações “*exigíveis*” na forma da lei, mas sim o balanço e demonstrações do “*último exercício*”, apresentados na forma da lei. Situações completamente distintas!

6. Para que não resta dúvidas dessa distinção, o próprio **item 5.1** do Edital regulamenta quais documentos apresentados na forma da lei serão aceitos:

a.2.) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):

- ✓ por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
- ✓ por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou
- ✓ Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital - SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2016

7. Dessa forma, não obstante a Receita Federal tenha prorrogado o prazo para entrega do balanço via Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, **nada impedia que a referida licitante já apresentasse o balanço e demonstrações contábeis de 2021 por meio do SPED, visando cumprir a exigência do Edital em apresentar o balanço do “último exercício”,** exatamente como o fez a Recorrente.

8. Por outro lado, **ainda que a licitante REIS E REIS optasse por fruir da prorrogação do último dia do prazo concedido pela Receita Federal, deveria então ter apresentado o balanço do último exercício na forma do próprio Edital, ou seja:: por cópia do Livro Diário ou do próprio balanço e das demonstrações contábeis aprovados pelos Sócios e devidamente autenticados na Junta Comercial ou órgão equivalente (ex.: Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas).**

9. É dizer: todos os licitantes possuíam condições de apresentar os documentos, seja por meio da transmissão do SPED em momento anterior ao último dia do prazo fatal, seja pelos documentos registrados e autenticados pela junta Comercial ou cartório de registro de pessoas jurídicas, que já são obrigatórios por lei.

10. Ressalta-se que o art. 1.078, I do Código Civil é claro ao prever que nos **quatro meses seguintes ao término do exercício social**, os sócios devem se reunir para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico:

Art. 1.078. A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, **nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social**, com o objetivo de:
I - tomar as contas dos administradores e **deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico**;
II - designar administradores, quando for o caso;

III - tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

11. Ou seja, não obstante o benefício infralegal concedido pela Receita Federal do Brasil por meio de Instrução Normativa quanto à transmissão do SPED, **fato é que a Lei em si impõe a obrigação legal de que até 1º de maio de cada exercício as sociedades devem aprovar seus balanços e demonstrações, sendo uma mera faculdade que a transmissão das obrigações acessórias fiscais ocorra apenas no último dia do prazo concedido pelos sistemas da Receita Federal.**

12. Cumpre ressaltar que o próprio **Contrato Social da referida licitante REIS E REIS**, em conformidade com a legislação de regência, prevê a obrigatoriedade de se realizar o balanço geral e as demonstrações financeiras no dia **31 de dezembro** de cada ano:

CLÁUSULA NONA – BALANÇO ANUAL E RESULTADOS – Fica estabelecido que no dia 31 de dezembro de cada ano deverá ser realizado o balanço geral e demonstrações financeiras pertinentes da sociedade, devendo o resultado ser mantido em conta de reserva, salvo em caso de prejuízo com risco de insolvabilidade da empresa, hipótese em que será debitado aos sócios na proporção de suas cotas, para cobertura no prazo de até 90 dias.

13. Logo, caso a referida licitante ainda não tenha realizado e aprovado seu balanço e demonstrações do último exercício (2021), ela então violou não apenas o disposto no art. 1078 da Lei, como também violou seu próprio contrato social.

14. Por conseguinte, **a prorrogação do último dia de prazo concedida pela RFB para fins fiscais não é capaz de alterar a legislação e muito menos o Edital em questão, para fins de processo licitatório, que prevê expressamente a obrigatoriedade de apresentar o balanço e demonstrações contábeis do ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, qual seja, 2021.**

15. Assim, de modo algum justifica que a qualificação econômico-financeira apenas deste licitante seja realizada com informações desatualizadas e de outro exercício social, em completo descordo com o Edital em referência.

16. Neste sentido, inclusive, foi o entendimento Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins:

A Instrução Normativa RFB nº 787/2007 a que se refere a recorrente, em seu art. 1º, esclarece que é instituída a Escrituração Contábil Digital para fins fiscais e previdenciários.

Imperioso destacar que tal norma não poderia se prestar a inovar disposição legal. No caso, o Código Civil pátrio, em seu Capítulo IV -Da Sociedade Limitada, prescreve:

“Art. 1078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de: I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;”

As regras relativas ao balanço digital são tributárias, instituídas para fins de fiscalização dos tributos a serem recolhidos. Para fins de licitação, necessário observância da norma de regência.

Desta feita, não merece reparo a decisão da pregoeira, de inabilitação da empresa que não apresentou o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

Diante do exposto, conheço do recurso para, no mérito, NEGAR LHE PROVIMENTO.”

(Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Tocantins – Processo administrativo nº 2011.0701.000114 – DOETO de 03/06/2011. Pg. 38 e 39.)

17. Dessa forma, considerando que não foram apresentados o balanço e as demonstrações contábeis do último exercício social (2021) da licitante REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS, em **expressa violação das exigências do item 5.1 do Edital e art. 1078 do Código Civil**, requer seja provido o presente recurso a fim de reformar a decisão proferida para inabilitar a referida licitante.

III. AUSÊNCIA DE CERTIDÃO COMPROBATÓRIA DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE TRATAMENTO FAVORECIDO.

18. Na remota hipótese de se entender pela habilitação da licitante REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS, se faz necessário reconhecer a ausência de comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, de modo que a referida sociedade não pode usufruir dos benefícios concedidos àquelas.

19. Isto porque no **subitem 8**, na parte que trata do credenciamento (**item 3**), o Edital exige a **apresentação cumulativa** da Declaração de Condição de ME ou EPP E a **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, ou ainda, comprovante equivalente, que demonstre a condição de Pequena Empresa:**

8. Para usufruir do tratamento diferenciado concedido às MPE's e equiparadas pela Lei Complementar nº 123/06 alterada pela 147/14, a licitante deverá apresentar Declaração de Condição de Microempresa ou EPP e a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do exercício 2021, ou ainda, **comprovante equivalente**, que demonstre a condição de Pequena Empresa.

20. Neste sentido, caso se trate de microempresa ou empresa de pequeno porte, **era requisito de habilitação a apresentação da CERTIDÃO COMPROBATÓRIA desta condição**, conforme item e) da habilitação jurídica:

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, e equiparadas nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

21. Dessa forma, para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/06, alterada pela 147/14, era imprescindível que a licitante apresentasse comprovante equivalente, isto é, **certidão emitida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas atestando a condição de ME ou EPP, o que não foi cumprido!**

22. Portanto, caso esta Administração Municipal entenda pela habilitação da citada licitante REIS E REIS, necessário que **não lhe seja conferido tratamento privilegiado de ME ou EPP**, sob pena de ferir o tratamento isonômico no presente processo licitatório.

IV. CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, requer:

- a. Seja recebido e processado o presente recurso, pois próprio e tempestivo;
- b. Seja reformada a decisão proferida pela Il. Pregoeira, para inabilitar a licitante **REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS**, uma vez que **não foram apresentados o balanço e as demonstrações financeiras do último exercício social, exigidos nos termos do item 5.1 Edital e art. 1078 do Código Civil; e**
- c. Na remota hipótese de se entender pela regularidade da referida habilitação, **não seja conferido à licitante em questão o tratamento privilegiado destinado às microempresas e empresas de pequeno**

porte, uma vez que não foi apresentada Certidão que ateste esta condição, conforme exigido pelo item 3 do Edital.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

De Uberlândia/MG para Presidente Olegário/MG, 24 de junho de 2022.



Rosiris Paula Cerizze Vogas

OAB/MG 96.702

rosiris.cerizze@certaconsultoria.com